



CREFITO1

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

ALAGOAS | PARAÍBA | PERNAMBUCO | RIO GRANDE DO NORTE

Relatório de Gestão 2024

Relatório de Gestão do Exercício de 2024 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, conforme preconiza o art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da DN TCU nº 187/2020.

COMPETÊNCIAS DO CREFITO-1

O CREFITO-1 (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região) é o órgão responsável pela regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional em sua jurisdição, que abrange os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. As competências do CREFITO-1 incluem:

1. Fiscalização do Exercício Profissional: Monitorar e fiscalizar o exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, garantindo que os profissionais atuem de acordo com a legislação vigente.
2. Registro de Profissionais e Estabelecimentos: Realizar o registro de profissionais e de estabelecimentos que prestam serviços nas áreas de fisioterapia e terapia ocupacional.
3. Orientação e Apoio aos Profissionais: Oferecer orientações sobre a legislação, ética e boas práticas profissionais, além de promover a educação continuada.
4. Promoção da Ética Profissional: Estabelecer e zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Deontologia dos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional.
5. Desenvolvimento de Políticas Públicas: Contribuir para a formulação de políticas públicas relacionadas à saúde e à atuação dos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional.
6. Promoção de Eventos e Capacitações: Organizar eventos, cursos e palestras que visem à atualização e capacitação dos profissionais da área.
7. Recebimento e Apuração de Denúncias: Receber denúncias sobre práticas irregulares e apurar possíveis infrações éticas e legais cometidas por profissionais registrados.
8. Representação da Classe: Representar os interesses dos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional em fóruns e discussões sobre saúde e educação.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO



1.1 IDENTIFICAÇÃO

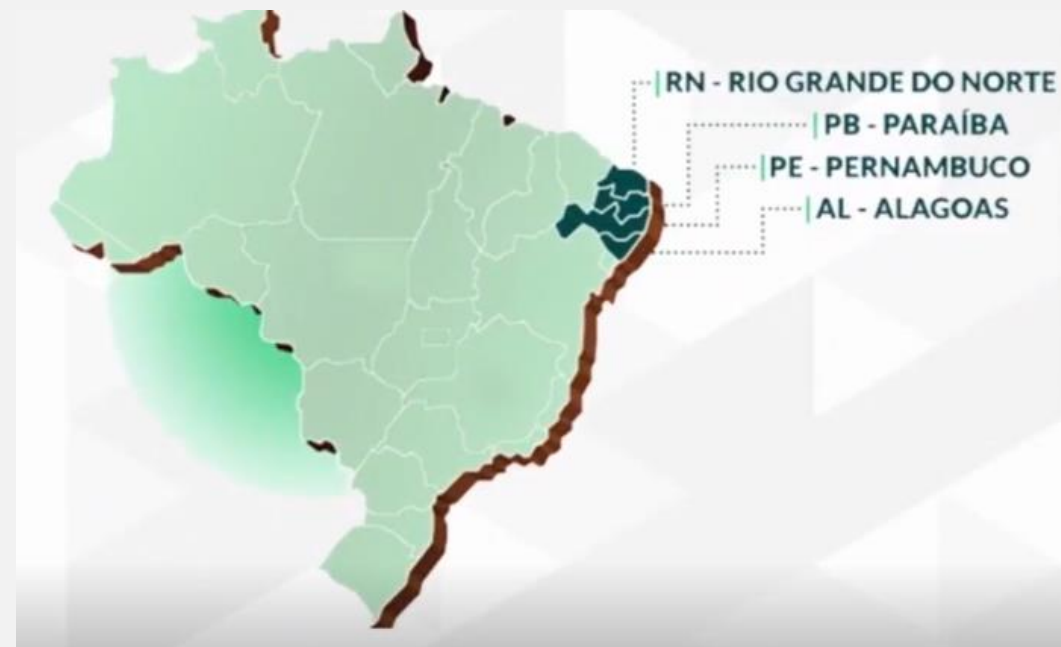
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO - CREFITO-1

CIRCUNSCRIÇÃO: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte

CNPJ: 11.425.519/0001-38

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

CÓDIGO CNAE: 84.11-6-00



1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO



1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

- Missão

Garantir a excelência da assistência da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, sempre visando o bem estar da sociedade e a exaçoão profissional.

- Visão

Ser reconhecido socialmente como uma Instituição de excelência e inovação de forma descentralizada na valorização da Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

- Valores

Ética, compromisso, respeito, responsabilidade e inovação

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO



1.3 UNIDADES DA ESTRUTURA FÍSICA DO CREFITO-1

Endereços de funcionamentos das unidades físicas:



- SEDE

Rua Henrique Dias, nº 303 - Boa Vista – Recife/PE - CEP: 50.070-140.

- SUBSEDE de Alagoas:

Rua Dez de Novembro, 458 - Pitanguinha – Maceió/AL – CEP: 57.052-220

- SUBSEDE da Paraíba:

Rua Dr. Arnaldo Escorel, 564 - Tambauzinho - João Pessoa/PB - CEP: 58.042-080

- DELEGACIA de Campina Grande – PB:

Rua José Bernardino, 97 - Vila Cabral - Sala 312 - Empresarial Heron Marinho - Campina Grande/PB – CEP: 58.408-027

- DELEGACIA de Caruaru:

Av. Agamenon Magalhães, 1019 P1- Sala 103 – Maurício de Nassau – Caruaru/PE CEP: 55.014-000

- SUBSEDE do Rio Grande do Norte:

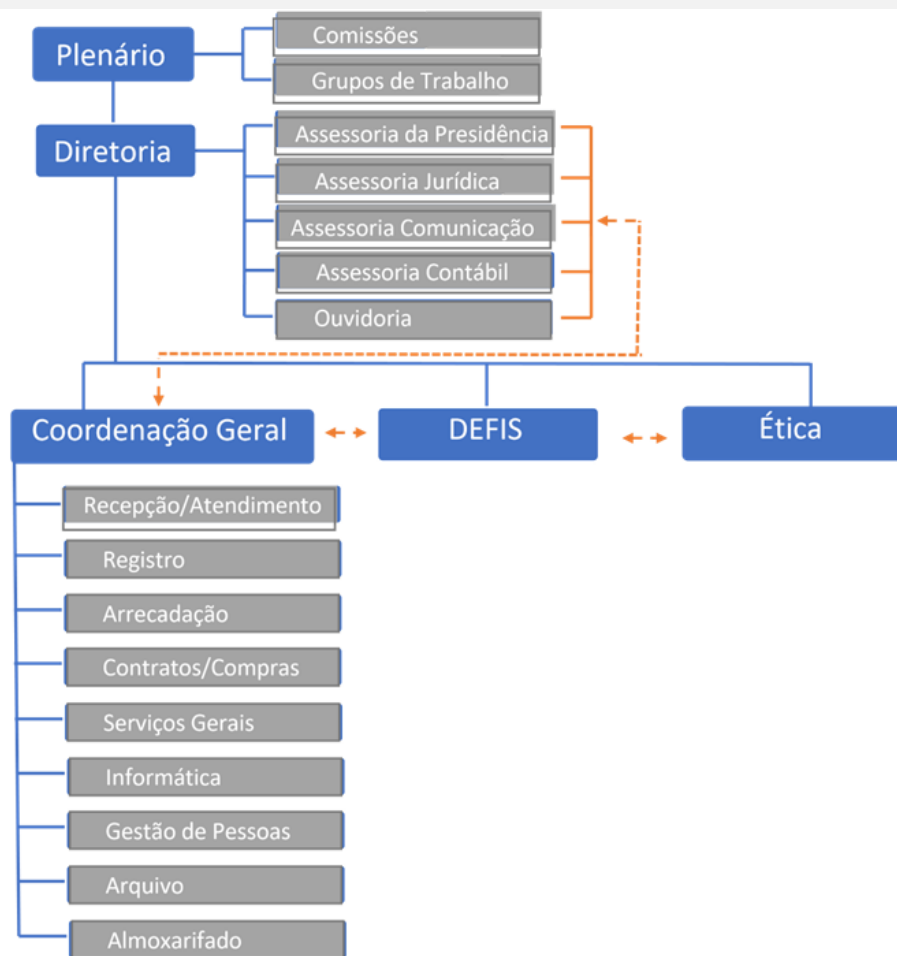
Rua Acarí, nº 24 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59063-280

- DELEGACIA de Mossoró:

Rua Duodécimo Rosado, 337 - West Clinical - Sala 308 - Bairro Doze Anos - Mossoró/RN CEP 59603-020.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO

1.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Plenário: Órgão de deliberação superior da Instituição, constituído por nove membros efetivos eleitos e empossadas no cargo de Conselheiro;

Diretoria: É o órgão que executa as deliberações do Plenário e tem a função de administrar e representar o CREFITO-1 em ações políticas;

Comissões e Grupos de Trabalho: Estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do CREFITO-1 em questões técnicas e administrativas;

Assessorias: Assessora os Conselheiros e Diretoria nas funções de comunicação, contábil e de gabinete.

Ouvidoria: Espaço para apresentação de sugestões, elogios, solicitações e reclamações.

Coordenação Geral: Diretamente subordinada ao Presidente do CREFITO-1, é o órgão encarregado da execução dos serviços e das atividades administrativas de apoio, necessárias ao pleno funcionamento da Autarquia.

Fiscalização: Área técnica do setor de Fiscalização.

Ética: área de processamento e julgamento de processos éticos.

Área administrativa/cartorial, área operacional, financeiro.

EDUCA- CREFITO -1: Escola de Educação Continuada em Ética e Deontologia da Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO



1.5 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO CREFITO-1

<https://www.crefito1.org.br/profissoes/legislacao/8/lei-e-decretos>

<https://www.crefito1.org.br/profissoes/legislacao/9/resolucoes>

<https://transparenciacrefito.bm4contabilidade.com.br/crefito/Portarias.html>

<https://transparenciacrefito.bm4contabilidade.com.br/crefito/Ac%C3%B3rd%C3%A3os.html>

<https://transparenciacrefito.bm4contabilidade.com.br/crefito/Resolu%C3%A7%C3%B5es.html>

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO



1.6 PRINCIPAIS DIRIGENTES DO CREFITO-1

PRESIDENTE: Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade

VICE-PRESIDENTE: Dra. Leiliane Helena Gomes

DIRETORA SECRETÁRIA: Dra. Iara Lucena Barbosa de Lima

DIRETOR TESOUREIRO: Dra. Karini Vieira Menezes de Omena

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dr. Cláudio Gonçalves de Albuquerque
Dra. Eliete Moreira Colaço Emídio
Dra. Eline Vieira da Silva
Dra. Elisa Sonehara de Moraes
Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Dra. Iara Lucena Barbosa de Lima
Dra. Karini Vieira Menezes de Omena
Dra. Leiliane Helena Gomes
Dra. Talita Santos Camêllo

CONSELHEIROS SUPLENTE

Dr. Aurelan Geocarde Ribeiro
Dr. Charles Petterson Andrade de Omena
Dr. Cristiano Batista do Nascimento
Dr. Djacyr Caetano Viana Filho
Dra. Iaponira Pimentel de Moraes
Dra. Ivanice Jacinto da Silva
Dra. Keise Bastos Gomes da Nóbrega
Dra. Maria Soraida Silva Cruz
Dra. Tania Macedo Costa

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO



1.7 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Acessos Presenciais

- a. Sede – Recife/PE;
- b. Delegacia de Caruaru/PE;
- c. Subsede de Alagoas - Maceió/AL;
- d. Subsede da Paraíba - João Pessoa/PB;
- e. Delegacia de Campina Grande/PB;
- f. Subsede do Rio Grande do Norte - Natal/RN;
- g. Delegacia de Mossoró/RN.

Acessos Não Presenciais

- a. **Denúncias:** defis@crefito1.org.br; através do WebSite Institucional
- b. **WebSite Institucional:** www.crefito1.org.br (onde estão localizados os canais: Ouvidoria, Portal de Denúncias ao Departamento de Fiscalização, Portal da Transparência e também a divulgação das ações jurídicas e sociais do CREFITO- 1);
- c. **E-mails:** crefito1@crefito1.org.br / ouvidoria@crefito1.org.br;
- d. **Atendimento telefônico:** Na Sede em Recife e nas Delegacias há atendimento telefônico, os telefones constam no site, aba fale conosco);
- e. **Whatsapp institucional:** (81)99183-3470;
- f. **Redes sociais:**
 - FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Crefito1>;
 - INSTAGRAM: <https://www.instagram.com/crefito1>
 - YOUTUBE: <https://www.youtube.com/crefito1tv>.
 - TWITTER: https://twitter.com/crefito_1

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.1 MAPA ESTRATÉGICO



2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Regulamentação e Fiscalização: Garantir que o exercício da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional ocorra de acordo com as normas e legislações vigentes, promovendo a ética e a qualidade dos serviços prestados.
2. Valorização Profissional: Promover a valorização dos profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional, defendendo seus direitos e interesses em diferentes esferas, incluindo políticas públicas e condições de trabalho.
3. Educação Continuada: Fomentar a capacitação e atualização dos profissionais por meio de cursos, palestras e eventos, contribuindo para a formação contínua e a excelência na prática profissional.
4. Apoio e Orientação: Oferecer suporte e orientação aos profissionais registrados, esclarecendo dúvidas sobre legislação, ética e práticas profissionais.
6. Fortalecimento da Comunicação: Melhorar a comunicação com os profissionais e a sociedade, utilizando canais digitais e eventos presenciais para disseminar informações relevantes sobre a atuação do CREFITO-1 e das profissões.
7. Inovação e Tecnologia: Incorporar novas tecnologias e práticas inovadoras na gestão do conselho e na atuação dos profissionais, visando a melhoria contínua dos serviços.
8. Integração com Outras Entidades: Estabelecer parcerias e colaborações com outras entidades de classe, instituições de ensino e órgãos de saúde para fortalecer a atuação da fisioterapia e terapia ocupacional.

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.3 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

Quantitativo de Atos Fiscalizatórios por Municípios

Estado	Atos Fiscalização	de Municípios Fiscalizados	Cobertura Territorial (%)	Autos de Lavrados	Profissionais Fiscalizados Fisioterapeutas	Profissionais Fiscalizados Terapeutas Ocupacionais
Alagoas	695	22	21,56	22	702	281
Paraíba	577	38	17,04	45	626	211
Pernambuco	611	43	23,36	48	553	324
Rio Grande do Norte	574	30	17,96	69	494	170

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.3 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

Motivação de Rota

Estado	Denúncia	Revisita	Fiscalização Ordinária	Requisição Externa
Alagoas	26	116	331	0
Paraíba	11	31	284	68
Pernambuco	162	77	429	29
Rio Grande do Norte	96	52	434	9

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.3 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

Tipo de Estabelecimento Fiscalizado

Estabelecimento	Alagoas	Paraíba	Pernambuco	Rio Grande do Norte
Hospitais	20	36	41	36
Clinicas	395	316	340	294
Consultório	168	29	85	94
ILPIS	0	39	0	2
CER	5	7	3	7
CAPS	8	0	9	4
NASF	3	0	8	3
Exercicio Illegal	1	6	3	11
Outros	95	144	122	125

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.3 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

Escola de Educação Continuada – Educa CREFITO-1
Res. CREFITO-1 nº 03 , 10 de fevereiro de 2023.

Cursos	Exercício 2024
Prontuários: aspectos legais, ético e assistenciais	04 turmas
Escrita Clínica em Terapia Ocupacional	01 turmas
Ética aplicada no Contexto de Formação Acadêmica	01 turmas
Publicidade Legal	01 turmas
Responsabilidade Técnica	03 turmas
Congresso para profissionais e estudantes	Diversos eventos simultâneos

A EDUCA CREFITO-1 tem como objetivo promover a formação e a capacitação contínua de profissionais nas áreas de fisioterapia e terapia ocupacional, oferecendo cursos, palestras e eventos que visam aprimorar as competências técnicas e éticas dos profissionais.



2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.3 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

Escola de Educação Continuada – Educa CREFITO-1

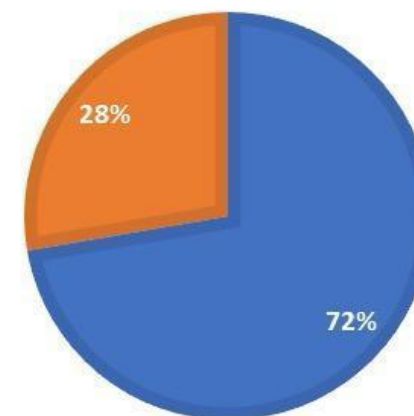
EDUCA 2024 1595 INSCRIÇÕES

■ CONVOCAÇÕES ■ CONVITES ■ INADIMPLENTES ■ DADOS DESATUALIZADOS



PERCENTUAL DE DEFERIMENTOS INSCRIÇÕES 2024

■ DEFERIMENTOS ■



2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.4 CREFITO-1 EM NÚMEROS

Quantitativo de Ativos – profissionais e empresas em 31/12/2024

Fisioterapeutas	33.387
Terapeutas Ocupacionais	2.025
Empresas	4.534
Consultórios	3.873

Secretaria Geral - SEGER

Novos registros de Fisioterapia	2.938
Novos registros de Terapia Ocupacional	137
Novos registros de empresas	552
Novos registros de consultórios	496
Ofícios Seger emitidos	12
Comunicados internos	40

Atividades Comissão de Ética e Deontologia

Abertura de processos éticos	24
Processos éticos julgados	30
Certidão emitidas	535

Atividades Gabinete da Presidência – GAPRE

Reuniões de Diretoria	15
Reuniões Extraordinárias de Plenária	2
Reuniões Ordinárias da Plenária	2
Ofícios GAPRE emitidos	2.076
Ofícios Circulares GAPRE	11

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



2.4 CREFITO-1 EM NÚMEROS

Assessoria Jurídica - AJUR

Ações nos Ministérios Públicos dentro da circunscrição	3
Acompanhamento de Edital de concursos garantindo a correta inserção das categorias (Mandados de Segurança)	15
Ações no Tribunal Federal da 5ª Região (Recursos)	7
Ação civil pública	2

RH e Departamento pessoal

Empregado públicos efetivos - Agentes fiscais Fisioterapia	9
Empregado públicos efetivos - Agentes fiscais Terapia Ocupacional	4
Empregado públicos efetivos - Assistentes Administrativo	23
Empregado públicos efetivos - Nível elementar	3
Assessores	11
Estagiários	2
Jovem aprendiz	1

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.5 COMUNICAÇÃO – Ações que visam dar mais transparência e orientação



Divulgação de parcerias com empresas que oferecem descontos em seus produtos e serviços para profissionais da circunscrição



Divulgação de eventos, encontros, pesquisas, campanhas, conteúdos de interesse das profissões



Divulgação e prestação de contas quanto a ganhos jurídicos do CREFITO-1 frutos de denúncias e da ação do Departamento de Fiscalização



Publicações para instruir fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais quanto aos procedimentos online ou presenciais relacionados ao CREFITO-1

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.5 COMUNICAÇÃO - Ações que visam dar mais transparência e orientação



Matérias que abordam campanhas e celebrações do mês que envolvem saúde ou têm relação com o fazer da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional



O presidente, Dr. Flávio Maciel, responde dúvidas enviadas pelos profissionais e esclarece questões



Planejamento, criação de identidade visual, divulgação ou registros de participações do CREFITO-1 como cursos, eventos, encontros, congressos, reuniões



Webinars em parceria com Câmaras Técnicas, Comissões ou Grupos de Trabalho do CREFITO-1 com temas atuais e de relevância para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.5 COMUNICAÇÃO - Ações que visam dar mais transparência e orientação



Vídeos curtos com esclarecimento de questões gerais enviadas pelos profissionais em relação ao exercício das profissões ou orientações quanto a procedimentos ligados ao CREFITO-1



Resumo semanal com notícias da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e da circunscrição do CREFITO-1



Entrevistas gravadas com fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais da circunscrição do CREFITO-1 com assuntos ligados às profissões e suas especialidades

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.6 AÇÕES DE CONTROLE

Estamos em desenvolvimento de uma Controladoria mais abrangente. Atualmente contamos apenas com a Comissão de tomada de contas, composta por nossa Delegada Dra. VALDERLENE GUIMARAES SANTOS. A principal atribuição da comissão é realizar conferência e controle dos balanços financeiros desta Autarquia.

2.7 TRANSPARÊNCIA

<https://transparenciacrefito.bm4contabilidade.com.br/>

2.8 LICITAÇÕES E CONTRATOS

<https://transparenciacrefito.bm4contabilidade.com.br/crefito/licita%C3%A7%C3%B5es.html>

3. BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



3. BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CREFITO-1
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I) 1	16.881.041,53	16.881.041,53	12.074.784,17	-4.806.257,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.837.126,93	16.837.126,93	11.692.364,48	-5.144.762,45
Taxas	16.837.126,93	16.837.126,93	11.692.364,48	-5.144.762,45
RECEITA PATRIMONIAL	15.351,77	15.351,77	361,15	-14.990,62
Valores Mobiliários	15.351,77	15.351,77	361,15	-14.990,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.562,83	28.562,83	382.058,54	353.495,71
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	0,00	0,00	62.944,73	62.944,73
Demais Receitas Correntes	28.562,83	28.562,83	319.113,81	290.550,98
RECEITAS DE CAPITAL (II) 2	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.881.041,53	16.881.041,53	12.074.784,17	-4.806.257,36
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV) 3	16.881.041,53	16.881.041,53	12.074.784,17	-4.806.257,36
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	460.663,75	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	16.881.041,53	16.881.041,53	12.535.447,92	-4.806.257,36
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 4	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



CREFITO1
CONSELHO NACIONAL DE REGISTRO DE
TERAPIAS OCUPACIONAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Assinado de forma digital
por FLAVIO MACIEL DIAS
DE ANDRADE:02112629433
Dados: 2025.03.31 14:22:45
-03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:33:21 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) 5	14.386.484,36	16.036.484,36	12.510.882,32	12.510.882,32	12.510.682,32	3.525.602,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.525.773,62	8.925.773,62	8.247.464,47	8.247.464,47	8.247.464,47	678.309,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.860.710,74	7.110.710,74	4.263.417,85	4.263.417,85	4.263.217,85	2.847.292,89
DESPESAS DE CAPITAL (IX) 6	2.494.557,17	844.557,17	24.565,60	18.627,00	18.627,00	819.991,57
INVESTIMENTOS	2.264.280,60	764.280,60	24.565,60	18.627,00	18.627,00	739.715,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	230.276,57	80.276,57	0,00	0,00	0,00	80.276,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X) 7	16.881.041,53	16.881.041,53	12.535.447,92	12.529.509,32	12.529.309,32	4.345.593,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	16.881.041,53	16.881.041,53	12.535.447,92	12.529.509,32	12.529.309,32	4.345.593,61
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	16.881.041,53	16.881.041,53	12.535.447,92	12.529.509,32	12.529.309,32	4.345.593,61
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 9	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO JAN A DEZ 2024
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital por Julierme Barbosa Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:33:42 -03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 3

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:34:08 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região

Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, definido no art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, apurando o resultado orçamentário do exercício financeiro.

Por força do disposto no art. 35 da mesma lei, no Balanço Orçamentário somente são registradas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício financeiro.

O regramento dado pela NBC TSP 11, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, impõe o detalhamento em níveis relevantes de análise e o confronto entre orçamento inicial e as suas alterações com a execução orçamentária.

A demonstração ora apresentada evidencia as receitas e despesas intra orçamentárias, em conformidade ao que determina a IPC nº 07, atualizada e republicada pela Secretaria do Tesouro Nacional em 01/2020.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta

STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da

despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de

não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão inicial de arrecadação de receitas correntes da entidade para o exercício foi de R\$ 16.881.041,53 (Dezesseis Milhões e Oitocentos e Oitenta e Um Mil e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Três Centavos). Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 12.074.784,17 (Doze Milhões e Setenta e Quatro Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezessete Centavos), o que representa um déficit de arrecadação corrente de - R\$ 4.806.257,36 (Quatro Milhões e Oitocentos e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Trinta e Seis Centavos) em relação a previsão inicial. Em relação a previsão atualizada houve um déficit de arrecadação de -R\$ 4.806.257,36 (Quatro Milhões e Oitocentos e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Trinta e Seis Centavos).

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão inicial de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 0,00 (Zero Reais). Foi arrecadado R\$ 0,00 (Zero Reais), o que representa um déficit de arrecadação de capital de R\$ 0,00 (Zero Reais) em relação a previsão inicial. Em relação a previsão atualizada o déficit de arrecadação foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 16.881,041,53 (Dezesseis Mil e Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Quatro Centavos). A previsão das receitas atualizada foi de R\$ 16.881.041,53 (Dezesseis Mil e Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Quatro Centavos). O valor arrecadado no exercício foi de R\$ 12.074.784,17 (Doze Milhões e Setenta e Quatro Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezessete Centavos), o que gerou déficit de arrecadação de -R\$ 4.806.257,36 (Quatro Milhões e Oitocentos e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta e

Sete Reais e Trinta e Seis Centavos) em relação a previsão inicial. Em relação a previsão atualizada houve um déficit de arrecadação de -R\$ 4.806.257,36 (Quatro Milhões e Oitocentos e Seis Mil e Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Trinta e Seis Centavos). Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão inicial e a receita arrecadada foi de 71,53% em relação a previsão inicial.

Nota 4) SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Os saldos de exercícios anteriores utilizados para abertura de créditos adicionais referem-se ao Superávit Financeiro no valor de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 5) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício foram de R\$ 14.386.484,36 (Quatorze Milhões e Trezentos e Oitenta e Seis Mil e Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos), atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 16.036.484,36 (Dezesseis Milhões e Trinta e Seis Mil e Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos), o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 12.510.882,32 (Doze Milhões e Quinhentos e Dez Mil e Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos). As liquidações totalizaram R\$ 12.510.882,32 (Doze Milhões e Quinhentos e Dez Mil e Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos), sendo pagos o montante de R\$ 12.510.682,32 (Doze Milhões e Quinhentos e Dez Mil e Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos), restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 3.525.602,04 (Três Milhões e Quinhentos e Vinte e Cinco Mil e Seiscentos e Dois Reais e Quatro Centavos).

Nota 6) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 2.494.557,17 (Dois Milhões e Quatrocentos e Noventa e Quatro Mil e Quinhentos e Cinquenta e Sete Reais e Dezessete Centavos), com as alterações orçamentárias tem-se o valor de R\$ 884.557,17 (Oitocentos e Oitenta e Quatro Mil e Quinhentos e Cinquenta e Sete Reais e Dezessete Centavos), o qual serviu

de base para o empenhamento no valor de R\$ 24.565,60 (Vinte e Quatro Mil e Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos). As liquidações totalizaram R\$ 18.627,00 (Dezoito Mil e Seiscentos e Vinte e Sete Reais), sendo pagos o montante de R\$ 18.627,00 (Dezoito Mil e Seiscentos e Vinte e Sete Reais), restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 819.991,57 (Oitocentos e Dezenove Mil e Novecentos e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

Nota 7) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 16.881.041,53 (Dezesseis Milhões e Oitocentos e Oitenta e Um Mil e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Três Centavos). Atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 16.881.041,53 (Dezesseis Milhões e Oitocentos e Oitenta e Um Mil e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Três Centavos). O valor total empenhado foi de R\$ 12.535.447,92 (Doze Milhões e Quinhentos e Trinta e Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos), o liquidado R\$ 12.529.509,32 (Doze Milhões e Quinhentos e Vinte e Nove Mil e Quinhentos e Nove Reais e Trinta e Dois Centavos) e o pago R\$ 12.529.309,32 (Doze Milhões e Quinhentos e Vinte e Nove Mil e Trezentos e Nove Reais e Trinta e Dois Centavos). A economia orçamentária foi de R\$ 4.345.593,61 (Quatro Milhões e Trezentos e Quarenta e Cinco Mil e Quinhentos e Noventa e Três Reais e Sessenta e Um Centavos). O coeficiente de execução foi de 74,26% em relação a dotação atualizada.

Resultado Orçamentário

No exercício financeiro de 2024, o Conselho arrecadou receitas no total de R\$ 12.074.784,17 (Doze Milhões e Setenta e Quatro Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezessete Centavos) e executou despesas no montante de R\$ 12.535.447,92 (Doze Milhões e Quinhentos e Trinta e Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos), registrando um resultado

orçamentário deficitário de -R\$ 460.663,75 (Quatrocentos e Sessenta Mil e Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Quadro de Nota Explicativa 01	Ano/Valor	
	2024	2023
Total da Receita Arrecadada	R\$ 12.074.784,17	R\$ 11.206.515,57
Total da Despesa Empenhada	R\$ 12.535.447,92	R\$ 10.405.229,35
Superavit/Deficit Orçamentário	-R\$ 460.663,75	R\$ 801.286,22

O resultado registrado no Balanço Orçamentário foi impactado com a utilização do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Esse impacto ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte integrante da receita orçamentária.

Desta feita, excluído o efeito da incorporação do Superávit Financeiro, tem-se que o confronto entre o fluxo das receitas e despesas orçamentárias no exercício financeiro corresponde a um resultado deficitário de -R\$ 460.663,75 (Quatrocentos e Sessenta Mil e Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos), conforme apresentado abaixo:

Quadro 02 - Notas Explicativas	Exercício 2024
(+) Total da Receita Arrecadada	R\$ 12.074.784,17
(-) Total da Despesa Empenhada	R\$ 12.535.447,92
(=) Superávit Orçamentário	-R\$ 460.663,75
(+) Créditos Abertos por Superavit Financeiro	R\$ -
(=) Resultado do Fluxo Orçamentário 2024	-R\$ 460.663,75

Alterações Orçamentárias e Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.

Durante a execução do orçamento público houve necessidade de ajuste na programação orçamentária.

As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, nos termos exigidos no art. 43 da Lei Federal n.º 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal.

Sinteticamente, no exercício financeiro de 2024, as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais têm a seguinte composição:

Especificação	Recursos Utilizados como Fonte			Total
	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotações	
Alterações Orçamentárias	-	-	4.805.000,00	4.805.000,00
Total	-	-	4.805.000,00	4.805.000,00

Ao longo do exercício não houve a realização de créditos extraordinários.

Destaca-se que a utilização dos recursos orçamentários se observou o disposto do art. 8.º da Lei Complementar n.º 101/2000, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais.

Inscrição de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez, os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de dezembro/2024.

A execução orçamentária no exercício financeiro de 2024, resultou na inscrição de Restos a Pagar no montante de R\$ 6.138,60 (Seis Mil e Cento e Trinta e Oito Reais e Sessenta Centavos), classificados conforme tabela abaixo:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS NO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS NO EXERCÍCIO
DESPESAS CORRENTES	R\$ -	DESPESAS CORRENTES	R\$ 200,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ -	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ -
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	Juros e Encargos da Dívida	R\$ -
Outras Despesas Correntes	R\$ -	Outras Despesas Correntes	R\$ 200,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.938,60	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -
Investimentos	R\$ 5.938,60	Investimentos	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	Inversões Financeiras	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	Amortização da Dívida	R\$ -
TOTAL	R\$ 5.938,60	TOTAL	R\$ 200,00

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores somaram de R\$ 0,00 (Zero Reais). Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizaram R\$ 0,00 (Zero Reais). Foi liquidado no exercício o valor de R\$ 0,00 (Zero Reais), e pago R\$ 0,00 (Zero Reais). Foi cancelado o valor de R\$ 0,00 (Zero Reais), restando de saldo o valor de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00 (Zero Reais), e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, R\$ 0,00 (Zero Reais). Deste montante foram pagos R\$ 0,00 (Zero Reais) e cancelados R\$ 0,00 (Zero Reais), restando de saldo a pagar R\$ 0,00 (Zero Reais).

*Execução de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios
Anteriores e procedimentos adotados para RPNP Liquidados*

Os saldos dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e evidenciados nos Anexos I e II que acompanham o Balanço Orçamentário, em 31 de dezembro de 2024, correspondeu ao valor de R\$ 0,00 (Zero Reais), que

adicionado às inscrições decorrentes da execução orçamentária de 2024, R\$ 0,00 (Zero Reais), totaliza a quantia de R\$ 0,00 (Zero Reais), conforme evidenciado a seguir:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT			
	(a)	(b)	(c)	(d)	IAN A DEZ 2024
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os valores inscritos em RPNP que tenham sido liquidados em exercícios posteriores aos de inscrição e não pagos recebem, para efeitos contábeis e fiscais, o tratamento de RPP, conforme preconizado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da STN.

Nesse sentido, o saldo nessa condição inscrito em exercício anterior a 2024, liquidado em 2024 e não pago nesse exercício, foi transferido para 2025, resultando na importância de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Os valores de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao de 2024 que não tenham sido liquidados e que não foram cancelados permanecem demonstrados como RPNP no exercício seguinte no valor de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando:

Para fins de melhor evidenciação das Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias constantes dos quadros complementares apresentamos os seguintes quadros abaixo com a composição de Receitas (a) e Despesas (b):

Para as receitas: Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receita Realizada e o Saldo a Realizar;

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Para as despesas: Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo da Dotação.

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Foram adotados procedimentos de conciliação entre os valores apresentados no fluxo de Caixa Líquido com aqueles referendados no Balanço Orçamentário havendo compatibilidade entre as informações prestados nos demonstrativos, conforme print abaixo:

5.1 ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DOS VALORES EMPENHADOS PAGOS (DESPESA + RP)

DEM FLUXOS DE CAIXA	VALOR	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	VALOR	DIFERENÇA
Pessoal e Demais Despesas	12.510.682,32	Despesas Orçamentárias Pagas	12.529.309,32	
Juros e Encargos da Dívida	0,00	Restos a Pagar Não Processados Pagos	0,00	
Transferências Concedidas	0,00	Restos a Pagar Processados Pagos	0,00	
Desembolso de Investimentos + Financiamentos	18.627,00			
Total	12.529.309,32	Total	12.529.309,32	0,00

9.2 ANÁLISE DA RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS (BAL ORÇAMENTÁRIO x DEM FLUXOS DE CAIXA)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	VALOR	DEM FLUXOS DE CAIXA	VALOR	DIFERENÇA
Receitas Correntes Realizadas	12.074.784,17	Ingressos de Atividades Operacionais	14.818.208,21	
Receitas de Capital Realizadas	0,00	Outros Ingressos Operacionais (incluindo TF Receb)	2.743.424,04	
		Ingressos de Investimentos - Outros Ingressos (1)	0,00	
		Ingressos de Financiamentos - Outros Ingressos (1)	0,00	
Receitas Orçamentárias Realizadas	12.074.784,17	Total	12.074.784,17	0,00

(1) Outros ingressos de natureza extraorçamentária

Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa

A - QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		14.818.208,21	12.283.575,91
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		12.074.784,17	11.206.515,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.692.364,48	10.403.314,30
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		382.058,54	802.926,11
Remuneração das Disponibilidades		361,15	275,16
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		2.743.424,04	1.077.060,34
Ingressos Extraorçamentários		1.195.041,53	1.062.684,59
Transferências Financeiras Recebidas		1.548.382,51	14.375,75
DESEMBOLSOS (Incluídos pago de RP)		14.357.555,59	11.456.299,06
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	12.510.682,32	10.587.767,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		1.846.873,27	868.531,54
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.846.873,27	868.531,54
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		460.652,62	827.276,85

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		18.627,00	724.105,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.627,00	724.105,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-18.627,00	-724.105,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	11.971,78
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	11.971,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	-11.971,78

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		97.315,83	6.115,76
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		442.025,62	91.200,07
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		539.341,45	97.315,83

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:34:43 -03'00'

CREFITO-1
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)
ISOLADO: 3 - CREDITO-1

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

INGRESSOS 1			DISPÊNDIOS 2				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		12.074.784,17	11.206.515,57	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		12.535.447,92	10.405.229,35
RECURSOS NÃO VINCULADOS		12.074.784,17	11.206.515,57	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		12.535.447,92	10.405.229,35
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS À OUTRAS DESTINAÇÕES		12.535.447,92	10.405.229,35
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00	RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS 3		1.548.382,51	14.375,75	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		1.548.382,51	14.375,75	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 3		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		1.548.382,51	14.375,75	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS 4		1.201.180,13	1.062.684,59	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS 5		1.846.873,27	1.787.146,49
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		6.138,60	0,00	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		0,00	918.614,95
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		5.938,60	0,00	RP PROCESSADO PAGO		0,00	918.614,95
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		200,00	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		1.846.873,27	868.531,54
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		1.195.041,53	1.062.684,59	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		700.247,10	305.875,73
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		471.734,92	449.888,21	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		56.419,99	11.981,10
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		21.185,00	33.440,37	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		860.112,72	438.145,73
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		609.196,36	496.244,21	ISS		51.968,04	57.772,61
ISS		22.603,10	33.475,53	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		19.831,46	6.839,86
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		22.152,23	15.298,82	OUTROS DEPÓSITOS		126.105,86	16.809,24
OUTROS DEPÓSITOS		16.554,44	2.813,43	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		32.188,10	31.107,27
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		31.573,23	31.516,14	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE 6		539.341,45	97.315,83
RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO		42,25	7,88	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)		539.341,45	97.315,83
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR 6		97.315,83	6.115,76	CONTA ÚNICA		539.341,45	97.315,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)		97.315,83	6.115,76	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
CONTA ÚNICA		97.315,83	6.115,76	TOTAL		14.921.662,64	12.289.691,67
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406
Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:31:22
-03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2024)
ISOLADO: 3 - CREFITO-1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL			14.921.662,64	12.289.691,67			



CREFITO1
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Assinado de forma digital
por FLAVIO MACIEL DIAS DE
ANDRADE:02112629433
Dados: 2025.03.31 14:22:15
-03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:31:49 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
B) QUADRO ANEXO
DEZEMBRO(31/12/2024)
ISOLADO: 3 - CREFITO-1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO 7	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
0 RECURSOS NÃO VINCULADOS	14.860.036,04	2.785.251,87	12.074.784,17	13.996.585,38	0,00	13.996.585,38
	14.860.036,04	2.785.251,87	12.074.784,17	13.996.585,38	0,00	13.996.585,38
TOTAL	14.860.036,04	2.785.251,87	12.074.784,17	13.996.585,38	0,00	13.996.585,38

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme
Barbosa
Xavier:0312983
8406

Assinado de forma digital por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:32:05 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06



CREFITO1

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região**

Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, exigido pelo art. 104 da Lei nº 4.320/1964, evidencia as receitas e despesas orçamentárias por fontes de recursos, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O demonstrativo foi escriturado em conformidade com os padrões estabelecidos no IPC nº 06 da STN. Segundo as regras estabelecidas não houve exclusão de contas de natureza intra, seja nas receitas e despesas, seja na movimentação patrimonial.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC

TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final

do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.

Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014.

Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00.

Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e

dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas.

No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1 = Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício (Modo adotado)

MODO 2 = Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extra orçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extra orçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFM decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFM. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota (1) Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhes:

COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA/ARRECADADA DE 01/01/2024 ATÉ 31/12/2024						Página 1
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA		ARRECADADA		SALDO A REALIZAR
		INICIAL	ATUAL	PERIODO	ACUMULADA	
1.501	Outros Recursos não Vinculados (Exerc.Corre	16.881.041,53	16.881.041,53	12.074.784,17	12.074.784,17	4.806.257,36
TOTAL		16.881.041,53	16.881.041,53	12.074.784,17	12.074.784,17	4.806.257,36

Nota (2) Dispêndios Orçamentários

Por exigência do normativo legal estabelecido na Lei nº 4.320/1964 as despesas orçamentárias são evidenciadas no Balanço Financeiro pela fase do empenho, sendo que os valores empenhados e não pagos no exercício financeiro, portanto, inscritos em Restos a Pagar, são registrados como ingressos extra orçamentários para compensar a inclusão da despesa não paga e possibilitar o fechamento do fluxo.

Os dispêndios orçamentários, de igual forma aos ingressos orçamentários, são demonstrados de acordo com a fonte / destinação de uso dos recursos, cuja composição detalhada encontra-se evidenciada na tabela a seguir.

**COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA/REALIZADA
DE 01/01/2024 ATÉ 31/12/2024**

Página 1

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO		A PAGAR	SALDO
		ATUAL	PERIODO	ACUMULADO	PERIODO	ACUMULADO	PERIODO	ACUMULADO		
Fonte 87N	1.500 Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	16.881.041,53	12.535.447,92	12.535.447,92	12.529.509,32	12.529.509,32	12.529.309,32	12.529.309,32	6.138,60	4.345.593,61
TOTAL		16.881.041,53	12.535.447,92	12.535.447,92	12.529.509,32	12.529.509,32	12.529.309,32	12.529.309,32	6.138,60	4.345.593,61

Nota (3) Transferências Recebidas e Concedidas

As transferências recebidas correspondem ao montante transferido pelo Conselho Federal, tendo alcançado o valor total de R\$ 1.548.382,51 (Um Milhão e Quinhentos e Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Oitenta e Dois Reais e Cinquenta e Um Centavos) em 2024.

Os valores recebidos, ingressos, como não poderiam deixar de ser, guardam inteira correlação com os valores transferidos, dispêndios. Ambos não estão demonstrados no Balanço Patrimonial Consolidado, assim como na Demonstração das Variações Patrimoniais, por força das determinações das IPC nº 04 e 05, respectivamente.

Nota (4) Ingressos Extra Orçamentários

Compreendem ingressos, a exceção da inscrição de restos a pagar, de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita à autorização legislativa e, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual.

Por serem constituídos por ativos financeiros recebíveis e passivos financeiros exigíveis os ingressos extra orçamentários, em geral, não provocam alterações na situação líquida patrimonial.

Os restos a pagar inscritos correspondem ao saldo das despesas orçamentárias empenhadas e não pagas no exercício financeiro de 2024, conforme registrado no Balanço Orçamentário e detalhado na tabela a seguir:

Recebimentos Extra-Orçamentários	
	Valor
Inscrição de Restos a Pagar Processados	R\$ 200,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 5.938,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.195.041,53
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	R\$ -
Total	R\$ 1.201.180,13

Os depósitos restituíveis e outros recebimentos extra orçamentários correspondem aos ingressos de recursos, inclusive mediante retenções ocorridas sobre pagamentos efetuados pelo Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

Esses registros tem sua movimentação em contas dos grupos 1.1.3.2/1.2.1.2.1.02 – Tributos a Recuperar/Compensar; 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; 1.1.3.8 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo e 2.1.8.8 – Valores Restituíveis do balancete analítico.

Ainda assim, apresentamos o **Quadro de Inscrição dos Restos a Pagar** segregados por sua natureza e tipo de inscrição:

Natureza da Despesa	Inscrição de Restos a Pagar		
	Processados	Não Processados	Total
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Despesas Correntes	R\$ 200,00	R\$ -	R\$ 200,00
Investimentos	R\$ -	R\$ 5.938,60	R\$ 5.938,60
Total	R\$ 200,00	R\$ 5.938,60	R\$ 6.138,60

Nota (5) Dispêndios Extra Orçamentários

Compreendem dispêndios que não constam na Lei Orçamentária Anual, correspondendo às saídas de numerários decorrentes dos pagamentos de Restos a Pagar, devoluções ou recolhimento das obrigações que representaram ingressos extra orçamentários (passivos exigíveis financeiros) e antecipação de valores em cumprimento de exigência legal ou contratual (ativos recebíveis financeiros).

Os restos a pagar pagos correspondem ao saldo das despesas pagas dessa natureza, em consonância com as determinações da STN em relação à matéria, apostas no quadro de orientação de confecção deste balanço.

Apenas valores líquidos são inscritos em RPP. As retenções são consideradas orçamentariamente pagas no momento em que são escrituradas, seja na liquidação ou no pagamento e permanecem registradas nos passivos financeiros de movimentação compensatória. Essa sistemática está de acordo com as orientações da IPC nº 11 – Contabilização de Retenções.

Em resumo, os pagamentos extra-orçamentários ficam sintetizados no quadro abaixo:

Pagamentos Extra-Orçamentários	
	Valor
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	R\$ -
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	R\$ -
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.846.873,27
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	R\$ -
Total	R\$ 1.846.873,27

Os depósitos restituíveis e outros pagamentos extra orçamentários correspondem aos dispêndios de recursos, inclusive mediante aos pagamentos de retenções efetuadas aos Órgãos e Entidades do Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro. Esses registros têm sua movimentação em contas dos grupos 1.1.3.2./1.2.1.2.1. – Tributos a Recuperar/Compensar; 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; 1.1.3.8 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo e 2.1.8.8 – Valores Restituíveis do balancete analítico.

Nota (6). Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado da entidade foi superavitário na ordem de R\$ 442.025,62 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos), gerando aumento no saldo bruto dos recursos financeiros em relação ao saldo do exercício anterior.

Resultado Financeiro

Especificação	Valor
(+) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 539.341,45
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R\$ 97.315,83
(=) Resultado Financeiro do Exercício	R\$ 442.025,62

Esse resultado provém da diminuição de restos a pagar inscritos em relação ao exercício anterior, cujos recursos permanecem no caixa para quitação no próximo exercício, aliado ao crescimento da receita em contraposição ao decréscimo nominal da despesa total em relação ao exercício anterior.

Nota (7) – Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária

Pelo anexo, estamos evidenciando o detalhamento da dedução das receitas orçamentárias:

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (F=4-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (F=4-e)
0 RECURSOS NÃO VINCULADOS	14.860.036,04	2.785.251,87	12.074.784,17	13.996.585,38	0,00	13.996.585,38
	14.860.036,04	2.785.251,87	12.074.784,17	13.996.585,38	0,00	13.996.585,38
TOTAL	14.860.036,04	2.785.251,87	12.074.784,17	13.996.585,38	0,00	13.996.585,38

Julierme
Barbosa
Xavier:0312983
8406

Assinado de forma
digital por Julierme
Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:32:25 -03'00'

CREFITO-1
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

ATIVO				PASSIVO									
ESPECIFICAÇÃO		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
ATIVO CIRCULANTE 1				10.516.944,07	1.902.275,45	PASSIVO CIRCULANTE 11				46.950,89	848.960,73		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2				539.341,45	97.315,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO 12				0,00	0,00		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL				539.341,45	97.315,83	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO				0,00	0,00		
CONTA ÚNICA				F	539.341,45	97.315,83	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 13				49.824,16	49.624,16	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3				9.261.570,60	1.177.428,87	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO				41.627,77	41.427,77		
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA				13.230.815,15	1.682.041,24	FORNECEDORES NACIONAIS				F	41.349,81	41.149,81	
CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS				P	13.230.815,15	1.682.041,24	FORNECEDORES NACIONAIS				P	277,96	277,96
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO				-3.969.244,55	-504.612,37	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO				8.196,39	8.196,39		
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER				P	-3.969.244,55	-504.612,37	FORNECEDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO				F	8.196,39	8.196,39
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4				618.533,17	618.533,17	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO				0,00	0,00		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS				507.360,56	507.360,56	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES				-49.346,20	-49.346,20		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL				P	77.224,10	77.224,10	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES				-49.346,20	-49.346,20	
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS				P	430.136,46	430.136,46	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES				F	-49.346,20	-49.346,20
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS				52.204,46	52.204,46	PROVISÕES A CURTO PRAZO				43.319,91	43.319,91		
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS				P	52.204,46	52.204,46	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO				43.319,91	43.319,91	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO				58.968,15	58.968,15	PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS				P	43.319,91	43.319,91	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO				P	58.968,15	58.968,15	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 14				3.153,02	805.362,86	
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5				0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS				3.153,02	805.362,86		
ESTOQUES 6				88.501,27	0,00	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS				F	0,00	152.156,49	
ALMOXARIFADO				88.501,27	0,00	CONSIGNAÇÕES				F	3.153,02	653.206,37	
MATERIAL DE CONSUMO				P	88.501,27	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 15				0,00	0,00	
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA				0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO 16				0,00	0,00		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE				8.997,58	8.997,58	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 17				0,00	0,00		
DEMAIS VPD A APROPRIAR				8.997,58	8.997,58	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO				0,00	0,00		
DEMAIS VPD A APROPRIAR				F	8.997,58	8.997,58	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO 18				0,00	0,00	
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7				39.551.571,08	7.200.206,32	PROVISÕES A LONGO PRAZO 19				0,00	0,00		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				37.065.092,45	4.728.525,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO				0,00	0,00		
CRÉDITOS A LONGO PRAZO 8				37.046.282,44	4.709.715,46	RESULTADO DIFERIDO				0,00	0,00		
CLIENTES				P	52.923.260,62	6.728.164,95	TOTAL PASSIVO				46.950,89	848.960,73	
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO				P	-15.876.978,18	-2.018.449,49							
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO				18.810,01	18.810,01								
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO				P	18.810,01	18.810,01							

CREFITO-1

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INVESTIMENTOS		15.100,00	15.100,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES		15.100,00	15.100,00	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	P	15.100,00	15.100,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	50.021.564,26	8.253.521,04
IMOBILIZADO	9	2.471.378,63	2.456.580,85	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		2.186.473,38	2.167.846,38	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	361.883,40	361.883,40	RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	14.299,00	14.299,00	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	15.177,00	0,00	RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	1.002.459,04	999.009,04	DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	787.643,24	787.643,24	RESULTADOS ACUMULADOS		50.021.564,26	8.253.521,04
BENS DE INFORMÁTICA	P	5.011,70	5.011,70	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		50.021.564,26	8.253.521,04
BENS IMÓVEIS		902.749,89	902.749,89	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		8.253.521,04	10.088.223,77
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	902.749,89	902.749,89	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		41.768.043,22	-1.834.702,73
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-617.844,64	-614.015,42	(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-180.549,96	-180.549,96	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.021.564,26	8.253.521,04
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-437.294,68	-433.465,46	TOTAL		50.068.515,15	9.102.481,77
INTANGÍVEL	10	0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		50.068.515,15	9.102.481,77				

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE

PRESIDENTE

CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa

Xavier:03129838406

Assinado de forma digital por
Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:35:34 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR

CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 21		548.339,03	106.313,41	PASSIVO FINANCEIRO (3.353,02)+RP não Proc.(5.938,60) 23		9.291,62	805.362,86
ATIVO PERMANENTE 22		49.520.176,12	8.996.168,36	PASSIVO PERMANENTE 24		43.597,87	43.597,87
				SALDO PATRIMONIAL 25		50.015.625,66	8.253.521,04



CREFITO1

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Assinado de forma digital por
FLAVIO MACIEL DIAS DE
ANDRADE:02112629433
Dados: 2025.03.31 14:24:23 -03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
6

Assinado de forma digital por
Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:36:20
-03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2024)

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO 26		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital por
Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:36:35
-03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 3 - CREDITO-1

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		548.339,03	106.313,41	PASSIVO CIRCULANTE		3.353,02	805.362,86
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		539.341,45	97.315,83	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		49.546,20	49.346,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		539.341,45	97.315,83	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		41.349,81	41.149,81
CONTA ÚNICA		539.341,45	97.315,83	FORNECEDORES NACIONAIS		41.349,81	41.149,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		8.997,58	8.997,58	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		8.196,39	8.196,39
DEMAIS VPD A APROPRIAR		8.997,58	8.997,58	FORNECEDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		8.196,39	8.196,39
DEMAIS VPD A APROPRIAR		8.997,58	8.997,58	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		-49.346,20	-49.346,20
TOTAL		548.339,03	106.313,41	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		-49.346,20	-49.346,20
				OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		-49.346,20	-49.346,20
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		3.153,02	805.362,86
				VALORES RESTITUÍVEIS		3.153,02	805.362,86
				OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	152.156,49
				CONSIGNAÇÕES		3.153,02	653.206,37
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		5.938,60	0,00
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		5.938,60	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		5.938,60	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		5.938,60	0,00
				TOTAL		9.291,62	805.362,86

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406
Assinado de forma digital por Julierme Barbosa Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:36:49 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 3 - CREDITO-1

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			9.968.605,04	PASSIVO CIRCULANTE			43.597,87
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			9.261.570,60	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			277,96
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			13.230.815,15	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ			277,96
CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS			13.230.815,15	FORNECEDORES NACIONAIS			277,96
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			-3.969.244,55	PROVISÕES A CURTO PRAZO			43.319,91
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			-3.969.244,55	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO			43.319,91
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			618.533,17	PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS			43.319,91
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS			507.360,56	TOTAL			43.597,87
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL			77.224,10				43.597,87
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS			430.136,46				
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			52.204,46				
CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			52.204,46				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO			58.968,15				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO			58.968,15				
ESTOQUES			88.501,27				
ALMOXARIFADO			88.501,27				
MATERIAL DE CONSUMO			88.501,27				
ATIVO NÃO CIRCULANTE			39.551.571,08				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			37.065.092,45				
CRÉDITOS A LONGO PRAZO			37.046.282,44				
CLIENTES			52.923.260,62				
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			-15.876.978,18				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			18.810,01				
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			18.810,01				
INVESTIMENTOS			15.100,00				
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			15.100,00				
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			15.100,00				
IMOBILIZADO			2.471.378,63				
BENS MÓVEIS			2.186.473,38				
BENS DE INFORMÁTICA			5.011,70				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			787.643,24				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO			14.299,00				
VEÍCULOS			361.883,40				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS			15.177,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS			1.002.459,04				
BENS IMÓVEIS			902.749,89				
DEMAIS BENS IMÓVEIS			902.749,89				

Julierme Barbosa

Xavier:03129838

126

Assinado de forma digital

por Julierme Barbosa

Xavier:03129838406

Dados: 2025.03.26

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406
Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:37:15 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

Orçamento Programa - Exercício de 2024

CREFITO-1

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

DEZEMBRO(31/12/2024)

Pág.: 2

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO		2.471.378,63	2.456.580,85				
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-617.844,64	-614.015,42				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-180.549,96	-180.549,96				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-437.294,68	-433.465,46				
TOTAL		49.520.176,12	8.996.168,36				

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE

PRESIDENTE

CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa

Xavier:03129838

406

Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:37:32 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR

CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2024

DEZEMBRO(31/12/2024)

Pág.: 1

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	1.463.882,14	219.646,68
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	930.773,01	-163.084,35
01	VINCULADO	-924.834,73	-918.696,13
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-81,18	-81,18
98990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos Condicionados)	-924.753,55	-918.614,95
TOTAL	27	539.047,41	-699.049,45

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:37:49 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06



CREFITO1

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial (BP), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas

físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o

longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas \$2111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	1.463.882,14	219.646,68
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	930.773,01	-163.084,35
01	VINCULADO	-924.834,73	-918.696,13
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-81,18	-81,18
98990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos Condicionados)	-924.753,55	-918.614,95
TOTAL		539.047,41	-699.049,48

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das

demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se

que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os

investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no

longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo

pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 10.516.944,07 (Dez Milhões e Quinhentos e Dezesesseis Mil e Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Sete Centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 539.341,45 (Quinhentos e Trinta e Nove Mil e Trezentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2024
Conta Única	R\$ 539.341,45
Conta RPPS	R\$ -
Outras Contas	R\$ -
Aplicações Financeiras	R\$ -
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ -
Total	R\$ 539.341,45

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2024, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2024 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	R\$ -
Divida Ativa Tributária (*)	R\$ 13.230.815,15
Divida Ativa Não Tributária (*)	R\$ -
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	-R\$ 3.969.244,55
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	R\$ -
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	R\$ -
(-) Perdas estimadas em Cientes	R\$ -
Total	R\$ 9.261.570,60

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 30%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 30%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2024 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos	R\$ 507.360,56	P
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	R\$ 52.204,46	P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo	R\$ 58.968,15	P
Total Atributo Permanente	R\$ 618.533,17	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	R\$ -	F
Créditos a receber por reembolso de salário família e maternidade pago	R\$ -	F
Total Atributo Financeiro	R\$ -	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2024 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2024.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero Reais), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à

negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 88.501,27 (Oitenta e Oito Mil e Quinhentos e Um Reais e Vinte e Sete Centavos). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 39.551.571,08 (Trinta e Nove Milhões e Quinhentos e Cinquenta e Um Mil e Quinhentos e Setenta e Um Reais e Oito Centavos).

Nota 8) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:

O valor de R\$ 37.046.282,44 (Trinta e Sete Milhões e Quarenta e Seis Mil e Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos), sendo:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	R\$ -
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	R\$ -
Dívida Ativa Tributária (*)	R\$ 52.923.260,62
Dívida Ativa Não Tributária (*)	R\$ -
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	-R\$ 15.876.978,18
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	R\$ -
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	R\$ -
(-) Perdas estimadas em Cientes	R\$ -
Créditos Previdenciários do RPPS	R\$ -
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	R\$ -
Total	R\$ 37.046.282,44

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 30%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2024 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 9) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 2.471.378,63 (Dois Milhões e Quatrocentos e Setenta e Um Mil e Trezentos e Setenta e Oito Reais e Sessenta e Três Centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 20%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 2.186.473,38
(-) Depreciação de Bens Móveis	R\$ 437.294,68
Total Ajustado dos Bens Móveis	R\$ 1.749.178,70
Bens Imóveis	R\$ 902.749,89
(-) Amortização de Bens Imóveis	R\$ 180.549,96
Total Ajustado dos Bens Imóveis	R\$ 722.199,93
Total Liquido	R\$ 2.471.378,63

Nota 10) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero Reais). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 46.950,89 (Quarenta e Seis Mil e Novecentos e Cinquenta Reais e Oitenta e Nove Centavos).

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	R\$ -	
Benefícios Assistenciais a Pagar	R\$ -	
Encargos Sociais a Pagar	R\$ -	
Total	R\$ -	

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 49.824,16 (Quarenta e Nove Mil e Oitocentos e Vinte e Quatro Reais e Dezesseis Centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	R\$ 41.349,81	F
Total Atributo Financeiro	R\$ 41.349,81	
Fornecedores Nacionais	R\$ 277,96	P
Total Atributo Permanente	R\$ 277,96	

Nota 14) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 3.153,02 (Três Mil e Cento e Cinquenta e Três Reais e Dois Centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	R\$ 3.153,02	F
Depósitos Não Judiciais	R\$ -	
Indenizações e Restituições	R\$ -	
Subvenções a Pagar	R\$ -	
Outras Consignações	R\$ -	
Outros Valores Restituíveis	R\$ 152.156,49	F
Total com Atributo Financeiro	R\$ 155.309,51	

Nota 15) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero Reais), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero Reais) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios	R\$ -	
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS	R\$ -	
Débito Parcelado - INSS	R\$ -	
Total com Atributo Financeiro	R\$ -	

Nota 17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 18) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 19) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

Não houve provisões a longo prazo.

Nota 20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido da entidade perfaz ao final do exercício o valor de R\$ 50.021.564,26 (Cinquenta Milhões e Vinte e Um Mil e Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 50.021.564,26 (Cinquenta Milhões e Vinte e Um Mil e Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos) superavitário.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 8.253.521,04	P
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	R\$ 41.768.043,22	P
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	R\$ 50.021.564,26	

Nota 21) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 548.339,03 (Quinhentos e Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Trinta e Nove Reais e Três Centavos).

Nota 22) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 49.520.176,12 (Quarenta e Nove

Milhões e Quinhentos e Vinte Mil e Cento e Setenta e Seis Reais e Doze Centavos).

Nota 23) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 3.353,02 (Três Mil e Trezentos e Cinquenta e Três Reais e Dois Centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 5.938,60 (Cinco Mil e Novecentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta Centavos) perfazem o total de R\$ 9.291,62 (Nove Mil e Duzentos e Noventa e Um Reais e Sessenta e Dois Centavos).

Nota 24) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 43.597,87 (Quarenta e Três Mil e Quinhentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos).

Nota 25) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 50.015.625,66 (Cinquenta Milhões e Quinze Mil e Seiscentos e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos).

Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 539.047,41 (Quinhentos e Trinta e Nove Mil e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e Um Centavos) superavitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa,

créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Houve reconhecimento de perdas da dívida ativa, no percentual de 30%, sendo R\$ 3.969.244,55 (Três Milhões e Novecentos e Sessenta e Nove Mil e Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) à curto prazo e o valor de R\$ 15.876.978,18 (Quinze Milhões e Oitocentos e Setenta e Seis Mil e Novecentos e Setenta e Oito Reais e Dezoito Centavos) à longo prazo.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

Julierme
Barbosa

Xavier:03129838
406

Assinado de forma
digital por Julierme
Barbosa

Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:38:15 -03'00'

CREFITO-1
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		71.083.709,99	12.113.107,08	PESSOAL E ENCARGOS		8.247.464,47	6.355.395,40
TAXAS		71.083.709,99	12.113.107,08	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		6.127.015,59	5.225.234,45
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		1.050.174,53	-1.069.168,69	ENCARGOS PATRONAIS		2.120.448,88	1.130.160,95
JUROS E ENCARGOS DE MORA		1.049.813,38	-1.069.443,85	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		3.315.199,53	3.495.531,16
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES		361,15	275,16	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		67.453,00	169.387,67
FINANCEIRAS				SERVIÇOS		3.243.917,31	3.019.135,78
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		1.548.382,51	14.375,75	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		3.829,22	307.007,71
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.548.382,51	14.375,75	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		289.318,67	289.853,93
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		292.666,68	-23.610,11	JUROS E ENCARGOS DE MORA		289.318,67	289.853,93
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		292.666,68	-23.610,11	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		2.785.251,87	2.790.069,81
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		327.732,52	980.484,57	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		2.785.251,87	2.790.069,81
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		327.732,52	980.484,57	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		17.323.160,87	448.910,34
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		17.323.160,87	448.910,34
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		574.227,60	470.130,69
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS 1		74.302.666,23	12.015.188,60	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		574.227,60	470.130,69
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		0,00	1.834.702,73	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
TOTAL		74.302.666,23	13.849.891,33	TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
				CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS 2		32.534.623,01	13.849.891,33
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) 3		41.768.043,22	0,00
				TOTAL		74.302.666,23	13.849.891,33

 **CREFITO1**
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO
Assinado de forma digital
por FLAVIO MACIEL DIAS
DE ANDRADE:02112629433
Dados: 2025.03.31 14:26:19
-03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406
Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:43:10 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEZEMBRO(31/12/2024)
ISOLADO: 3 - CREFITO-1

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		18.627,00	519,00
INVESTIMENTOS		18.627,00	519,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	11.971,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	11.971,78

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme
Barbosa
Xavier:031298
38406

Assinado de forma
digital por Julierme
Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:43:33 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06



CREFITO1
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região**

**Notas Explicativas a Demonstração das Variações
Patrimoniais**

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES

PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi elaborada em conformidade com o Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 5, da Parte V, da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), evidencia as alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado, podendo ser classificadas em:

- a) Quantitativas: quando aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
- b) Qualitativas: quando alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o valor do patrimônio líquido.

As variações quantitativas estão subdivididas em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), cujo confronto resulta na apuração do Superávit ou Déficit Patrimonial do exercício financeiro.

A demonstração foi escriturada em observância ao conteúdo da IPC nº 05,

apresentando-a, todavia, no sexto nível e não no segundo, procedendo-se à exclusão das movimentações de natureza intra orçamentária.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Bases de mensuração utilizadas:

Em conformidade com a NBC TSP nº 11, e alinhados a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o detalhamento das variações patrimoniais diminutivas (VPD) foram estruturadas por natureza, inexistindo legislação local que estabelece o critério por função.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício.

No quadro principal da DVP as contas de VPA e VPD foram detalhadas até o 3º nível do PCASP que trata de subgrupo, melhorando a qualidade da informação contábil.

A soma das contas da VPA e VPD poderão constar acima ou embaixo de cada grupo de contas.

A DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

Não houve compensações entre contas de VPA em relação a contas de VPD.

Integram a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município.

Integram a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida nos normativos da Legislação nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores

históricos e constantes.

Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014.

Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00.

Tendo em vista a faculdade prevista na NBC TSP nº 12, quanto a contabilização dos juros e similares, o sistema de contabilidade foi parametrizado para registra tais fatos contábeis, caso tenham existido, no grupo de atividades operacionais.

Durante o exercício não houve transações de investimentos e financiamentos (como por exemplo os leasings), que não envolveram o caixa ou equivalentes de caixa que necessitassem de notas explicativas.

Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras, compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos etc.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se

refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e

perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuadas nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DVP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que

implicassem em registros nas variações patrimoniais.

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS: As variações

patrimoniais aumentativas do exercício totalizaram R\$ 74.302.666,23 (Setenta e Quatro Milhões e Trezentos e Dois Mil e Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Vinte e Três Centavos).

Nota 2) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS: As variações patrimoniais diminutivas do exercício totalizaram R\$ 32.534.623,01 (Trinta e Dois Milhões e Quinhentos e Trinta e Quatro Mil e Seiscentos e Vinte e Três Reais e Um Centavo).

Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO: O resultado econômico do exercício foi de R\$ 41.768.043,22 (Quarenta e Um Milhões e Setecentos e Sessenta e Oito Mil e Quarenta e Três Reais e Vinte e Dois Centavos) superavitário. Este resultado foi impactado pela diferença do total das variações aumentativas e do total das variações diminutivas.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

Demais informações:

Não houve durante o exercício, registro de passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos com interferência na DVP.

Para este demonstrativo não houve durante o exercício, necessidade de divulgação de informações não financeiras decorrentes dos objetivos e políticas de gestão de risco financeiro e pressupostos de estimativas.

A descrição de saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou de controle cambial, estão divulgadas no balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, tendo em vista tal informação não constar na DVP.

Da mesma forma, foi dado igual tratamento nas demonstrações citadas, para as informações correlatas a transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa ou informações relacionadas a ajustes de retenções.

Não foram contratadas linhas de crédito no exercício.

Itens mais relevantes que compõem a VPA e a VPD:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)		
Relevância	Descrição da Conta	Valor
1.º	Taxas	R\$ 71.083.709,99
2.º	Transferências Intragovernamentais	R\$ 1.548.382,51
3.º	Juros e Encargos de Mora	R\$ 1.049.813,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)		
Relevância	Descrição da Conta	Valor
1.º	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	R\$ 17.323.160,87
2.º	Remuneração a Pessoal	R\$ 6.127.015,59
3.º	Transferências Inter Governamentais	R\$ 2.785.251,87

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houver ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de impairment.

Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da Execução Orçamentária do Exercício Atual e Anterior:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as incorporações de ativos:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Descrição	Valor
Aquisição de Estoques	R\$ -
Aquisição de Bens Móveis	R\$ 18.627,00
Construção e aquisição de Bens Imóveis	R\$ -
Aquisição de Títulos e Valores	R\$ -
Concessão de Empréstimos	R\$ -
Outras Incorporações de Ativos	R\$ -
Total	R\$ 18.627,00

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as desincorporações de passivos:

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Descrição	Valor
Amortização da Dívida	R\$ -
Amortização de Precatórios	R\$ -
Outras desincorporações de passivos	R\$ -
Total	R\$ -

INCOPORAÇÃO DE PASSIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as incorporações de passivos:

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Descrição	Valor
Tomada de Empréstimos	R\$ -
Outras Incorporações de Passivos	R\$ -
Total	R\$ -

DESINCOPORAÇÃO DE ATIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as incorporações de passivos:

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Descrição	Valor
Cobrança da Dívida Ativa	R\$ -
Alienação de Estoques	R\$ -
Alienação de Bens Móveis	R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ -
Alienação de Títulos e Valores	R\$ -
Recebimento de Empréstimos	R\$ -
Outras Desincorporações de Ativos	R\$ -
Total	R\$ -

Montante de Recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação:

Não houve registro de contraprestação durante o exercício

Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Não houve alienação de ativos durante o exercício.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil **apresenta as variações patrimoniais aumentativas (VPAS):** Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS)

O demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados;

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Julierme
Barbosa
Xavier:0312983
8406

Assinado de forma
digital por Julierme
Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:43:50 -03'00'

CREFITO-1

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 3 - CREFITO-1

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS 1 e 2							
EXERCÍCIO 2024	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Sub-total	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS 1 e 3							
EXERCÍCIO 2024	0,00	5.938,60	0,00	0,00	0,00	0,00	5.938,60
Sub-total	0,00	5.938,60	0,00	0,00	0,00	0,00	5.938,60
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES 4							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	338.253,92	471.734,92	700.247,10	107.085,15	0,00	0,00	2.656,59
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	35.633,70	21.185,00	56.419,99	0,00	0,00	0,00	398,71
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	257.963,36	609.196,36	860.112,72	6.949,28	0,00	0,00	97,72
ISS	28,60	51.939,44	51.968,04	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	408,87	31.779,23	32.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO	721,88	42,25	0,00	764,13	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	20.196,04	174.308,72	19.831,46	174.673,30	0,00	0,00	0,00
OUTROS DEPÓSITOS	0,00	149.486,72	126.105,86	23.380,86	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	152.156,49	0,00	0,00	152.156,49	0,00	0,00	0,00
Sub-total	805.362,86	1.509.672,64	1.846.873,27	465.009,21	0,00	0,00	3.153,02
TOTAL 5	805.362,86	1.515.811,24	1.846.873,27	465.009,21	0,00	0,00	9.291,62



Assinado de forma digital por

FLAVIO MACIEL DIAS DE

ANDRADE:02112629433

Dados: 2025.03.31 14:26:50 -03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE

PRESIDENTE

CPF: 021.126.294-33

Assinado de forma digital por

Julierme Barbosa

Xavier:03129838406

Dados: 2025.03.26 10:41:09 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR

CPF: 031.298.384-06



CREFITO1

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região**

Notas Explicativas ao Demonstrativo da Dívida Flutuante

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE -

DDF

A Demonstração da Dívida Flutuante (DDF) é originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante (DDF), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Bases de mensuração utilizadas:

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as

regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64. Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 6.138,60 (Seis Mil e Cento e Trinta e Oito Reais e Sessenta Centavos).

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 200,00 (Duzentos Reais).

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$

5.938,60 (Cinco Mil e Novecentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta Centavos).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e Consignações R\$ 3.153,02 (Três Mil e Cento e Cinquenta e Três Reais e Dois Centavos), detalhados a seguir:

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	338.253,92	471.734,92	700.247,10	107.085,15	0,00	0,00	2.656,59
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	35.633,70	21.185,00	56.419,99	0,00	0,00	0,00	398,71
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	257.963,36	609.196,36	860.112,72	6.949,28	0,00	0,00	97,72
ISS	28,00	51.939,44	51.968,04	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	408,87	31.779,23	32.188,10	0,00	0,00	0,00	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO	721,88	42,25	0,00	764,13	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	20.196,04	174.308,72	19.831,46	174.873,30	0,00	0,00	0,00
OUTROS DEPÓSITOS	0,00	149.498,72	128.105,86	23.380,86	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	152.156,49	0,00	0,00	152.156,49	0,00	0,00	0,00
Sub-total	805.362,86	1.509.872,84	1.846.873,27	465.009,21	0,00	0,00	3.153,02

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$ 796.071,24 (Setecentos e Noventa e Seis Mil e Setenta e Um Reais e Vinte e Quatro Centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 805.362,86 (Oitocentos e Cinco Mil e Trezentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta e Seis Centavos), as inscrições totais foram de R\$ 1.515.811,24 (Um Milhão e Quinhentos e Quinze Mil e Oitocentos e Onze Reais e Vinte e Quatro Centavos), os pagamentos no valor de R\$ 1.846.873,27 (Um Milhão e Oitocentos e Quarenta e Seis Mil e Oitocentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Sete Centavos) e cancelamentos no valor de R\$ 465.009,21 (Quatrocentos e Sessenta e Cinco Mil e Nove Reais e Vinte e Um Centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 9.291,62 (Nove Mil e Duzentos e Noventa e Um Reais e Sessenta e Dois Centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário

quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Prescrição de Restos a Pagar:

Foram cancelados restos a pagar processados no montante de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução

dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\Sigma \text{IRPNP} + \Sigma \text{IRPP}) (\text{BO})) = \Sigma (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\Sigma \text{Passivo [F] (BP)} + \Sigma \text{IRPNP} - \Sigma (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \Sigma \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \Sigma (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

CREFITO-1
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO: 3 - CREDITO-1

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

A - QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS 1		14.818.208,21	12.283.575,91
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		12.074.784,17	11.206.515,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.692.364,48	10.403.314,30
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		382.058,54	802.926,11
Remuneração das Disponibilidades		361,15	275,16
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		2.743.424,04	1.077.060,34
Ingressos Extraorçamentários		1.195.041,53	1.062.684,59
Transferências Financeiras Recebidas		1.548.382,51	14.375,75
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP) 2		14.357.555,59	11.456.299,06
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	12.510.682,32	10.587.767,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		1.846.873,27	868.531,54
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.846.873,27	868.531,54
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I) 3		460.652,62	827.276,85

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS 4		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS 5		18.627,00	724.105,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.627,00	724.105,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II) 6		-18.627,00	-724.105,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS 7		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS 8		0,00	11.971,78
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	11.971,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III) 9		0,00	-11.971,78

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO 10	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		97.315,83	6.115,76

 **CREFITO 1**
Assinado de forma digital por
FLAVIO MACIEL DIAS DE
ANDRADE:02112629433
Dados: 2025.03.31 14:24:51 -03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Assinado de forma digital por
Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:39:36
-03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO: 3 - CREFITO-1

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO 10	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		442.025,62	91.200,07
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		539.341,45	97.315,83

B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas		0,00	0,00

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Assinado de forma digital por
Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:39:55 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06

CREFITO-1
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
ISOLADO: 3 - CREDITO-1

C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA		0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA		0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		12.510.682,32	10.587.767,52
DEFESA NACIONAL		0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA		0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES		0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00
SAÚDE		0,00	0,00
TRABALHO		0,00	0,00
EDUCAÇÃO		0,00	0,00
CULTURA		0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA		0,00	0,00
URBANISMO		0,00	0,00
HABITAÇÃO		0,00	0,00
SANEAMENTO		0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL		0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		0,00	0,00
AGRICULTURA		0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		0,00	0,00
INDÚSTRIA		0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		0,00	0,00
COMUNICAÇÕES		0,00	0,00
ENERGIA		0,00	0,00
TRANSPORTE		0,00	0,00
DESPORTO E LAZER		0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00
JUDICIÁRIA		0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		12.510.682,32	10.587.767,52

D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital por
Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26 10:40:09
-03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06



CREFITO

1

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região**

Notas Explicativas ao Demonstrativo de Fluxo e Caixa

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é a demonstração contábil que informa as saídas e entradas financeiras, segregando-as em operacionais e demais, com o objetivo de auferir a geração de caixa líquida no exercício.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020.

Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O demonstrativo apresenta as alterações que ocorreram no caixa e equivalentes de caixa segregados por atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, possibilitando identificar as fontes de geração dos fluxos de entradas, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa ao final do exercício.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas

físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida nos normativos da Legislação nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da

despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.

Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas

orçamentariamente para cada caso.

Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014.

Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00.

Tendo em vista a faculdade prevista na NBC TSP nº 12, quanto a contabilização dos juros e similares, o sistema de contabilidade foi parametrizado para registra tais fatos contábeis, caso tenham existido, no grupo de atividades operacionais.

Durante o exercício não houve transações de investimentos e financiamentos (como por exemplo os leasings), que não envolveram o caixa ou equivalentes de caixa que necessitassem de notas explicativas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no DFC decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DFC.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) INGRESSOS (FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS): O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais foi de R\$ 14.818.208,21 (Quatorze Milhões e Oitocentos e Dezoito Mil e Duzentos e Oito Reais e Vinte e Um Centavos).

Nota 2) DESEMBOLSOS (FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais foi de R\$ 14.357.555,59 (Quatorze Milhões e Trezentos e Cinquenta e Sete Mil e Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Nove Centavos).

Nota 3) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício foram de R\$ 460.652,62 (Quatrocentos e Sessenta Mil e Seiscentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Dois Centavos).

Nota 4) INGRESSOS (FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO): O valor dos ingressos decorrentes das atividades de investimentos foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 5) DESEMBOLSOS (FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de investimentos foi de R\$ 18.627,00 (Dezoito Mil e Seiscentos e Vinte e Sete Reais).

Nota 6) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS: O fluxo de caixa dos investimentos foi de -R\$ 18.627,00 (Dezoito Mil e Seiscentos e Vinte e Sete Reais).

Nota 7) INGRESSOS (FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO): O valor dos ingressos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 8) DESEMBOLSOS (FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 9) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício foram de R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 10) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: A geração líquida de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 442.025,62 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos), resultante da comparação do saldo em caixa e equivalente de caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias inicial no valor de R\$ 97.315,83 (Noventa e Sete Mil e Trezentos e Quinze Reais e Oitenta e Três Centavos) e o saldo em caixa e equivalente de caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias final no valor de R\$ 539.341,45 (Quinhentos e Trinta e Nove Mil e Trezentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos). Consta no montante das disponibilidades de caixa e equivalentes iniciais e finais o valor de R\$ 442.025,62 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos), decorrentes de contas contábeis classificadas no nível 1.1.4 que

tratam de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Os valores foram classificados neste nível para atender as exigências do Manual de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (MCASP) 10ª edição e ao IPC nº 00. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo da DFC.

Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Eventuais ajustes relacionados às retenções:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

Descrever o montante de linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais.

Não foram contratadas linhas de crédito no exercício.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração apresenta quadro principal; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxos de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxos de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Montante e Natureza de Saldos de Caixa e Equivalentes não Disponíveis:

Consta no montante das disponibilidades de caixa e equivalentes iniciais e finais o valor de R\$ 442.025,62 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos), decorrentes de contas contábeis classificadas no nível 1.1.4 que tratam de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Os valores foram classificados neste nível para atender as exigências do Manual de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (MCASP) 10ª edição e ao IPC nº 00.

Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Descrição dos Itens Incluídos no Conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa dentre Outros Esclarecimentos:

O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, pode haver procedimentos de lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica

o resultado do exercício.

Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa:

<u>Colocação/R elevância</u>	<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
1º	Pessoal e Demais Despesas	R\$ 12.510.682,32
2º	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 11.692.364,48
3º	Desembolsos Extraorçamentários	R\$ 1.846.873,27
4º	Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.548.382,51

Conciliação dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa entre a DFC e o Balanço Patrimonial:

8. ANÁLISE DA GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
DEM FLUXOS DE CAIXA	FINAL (1)	INICIAL (2)	SALDO [1-2] (3)	GER LÍQ DE CAIXA (4)	DIFERENÇA [3-4]
Caixa e Equivalentes de Caixa	539.341,45	97.315,83	442.025,62	442.025,62	0,00
BALANÇO FINANCEIRO	SALDO EX SEGUINTE (1)	SALDO EX ANTERIOR (2)	SALDO [1-2] (3)	GER LÍQ DE CAIXA (4)	DIFERENÇA [3-4]
Caixa e Equivalentes de Caixa	539.341,45	97.315,83	442.025,62	442.025,62	0,00
BALANÇO PATRIMONIAL	EX ATUAL (1)	EX ANTERIOR (2)	SALDO [1-2] (3)	GER LÍQ DE CAIXA (4)	DIFERENÇA [3-4]
Caixa e Equivalentes de Caixa	539.341,45	97.315,83	442.025,62	442.025,62	0,00



ISOLADO: 3 - CREFITO-1

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.253.521,04	0,00	8.253.521,04
Ajustes de exercícios anteriores 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.768.043,22	0,00	41.768.043,22
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.021.564,26	0,00	50.021.564,26



Assinado de forma digital por
FLAVIO MACIEL DIAS DE
ANDRADE:02112629433
Dados: 2025.03.31 14:27:20 -03'00'

FLAVIO MACIEL DIAS DE ANDRADE
PRESIDENTE
CPF: 021.126.294-33

Julierme Barbosa
Xavier:03129838
406

Assinado de forma digital
por Julierme Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:42:14 -03'00'

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR
CPF: 031.298.384-06



CREFITO¹

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

1

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia
Ocupacional da Primeira Região

Notas Explicativas a Demonstração das Mutações do Patrimônio

Demonstração Contábil

2024

NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO **PATRIMONIO - DMPL**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) foi elaborado em conformidade com o Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e sua estrutura está de acordo com a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021.

Os registros contábeis utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações contábeis foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A DMPL, demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido durante o exercício e os elementos que ocasionaram a mutação.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 110-4 “Autarquia Federal” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias e departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de anuidades de pessoas físicas e pessoas jurídicas, além de repasses do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO.

Bases de mensuração utilizadas:

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Foi utilizado o custo histórico como única base de mensuração.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Os cancelamentos de restos a pagar são realizados em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa, não interferindo diretamente em contas do patrimônio líquido antes do fechamento do balanço.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício no PL.

A DMPL foi estruturada utilizando-se o grupo do 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

Termos e Definições correlatas as Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Social / Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP nº 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve pela aplicação das políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DMPL.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Conselho é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Primeira Região – CREFITO 1.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) SALDO INICIAIS:

Os saldos iniciais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$ 8.253.521,04 (Oito Milhões e Duzentos e Cinquenta e Três Mil e Quinhentos e Vinte e Um Reais e Quatro Centavos).

Nota 2) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Os valores lançados a conta de ajustes de exercícios anteriores são relativas as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar totalizando R\$ 0,00 (Zero Reais).

Nota 3) RESULTADO DO EXERCÍCIO:

O resultado do exercício foi de R\$ 41.768.043,22 (Quarenta e Um Milhões e Setecentos e Sessenta e Oito Mil e Quarenta e Três Reais e Vinte e Dois Centavos), superavitário. O detalhamento do resultado do exercício está no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Nota 4) SALDOS FINAIS:

Os saldos finais são formados pelos Resultados Acumulados totalizando R\$ 50.021.564,26 (Cinquenta Milhões e Vinte e Um Mil e Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário

quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Julierme
Barbosa
Xavier:031298
38406

Assinado de forma
digital por Julierme
Barbosa
Xavier:03129838406
Dados: 2025.03.26
10:42:37 -03'00'